

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2007 (23/11/2007), na sala de Seminário da Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES, andar superior do Prédio IC-3 do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária do Curso de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, nível mestrado, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. A sessão foi presidida pelo Senhor Coordenador do Programa, Professor Dr. Gilvan Ventura da Silva, estando presentes os professores doutores: Adriana Pereira Campos, Antonio Carlos Amador Gil, Estilaque Ferreira dos Santos, Fabio Muruci dos Santos, Geraldo Antônio Soares, Gilvan Ventura da Silva, Márcia Barros Ferreira Rodrigues, Maria Beatriz Nader, Maria da Penha Smarzaro Siqueira, Nara Saletto da Costa, Sebastião Pimentel Franco. O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva justifica a ausência do Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman.

**I. INFORMES: DA COORDENAÇÃO:**

**1.1. Avaliação Trienal da CAPES.** Após leitura da Ficha de Avaliação da CAPES, informou que o programa recebeu bom conceito, embora tenha permanecido com nota 3. Enfatizou ainda que a avaliação positiva coroa o esforço conjunto deste programa de Pós-Graduação em se consolidar.

**1.2.** Informa que nos próximos dias 29 e 30 de novembro participará do Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação em História na cidade do Rio de Janeiro.

**1.3.** Informa a publicação da obra internacional (Brasil-França) *O corpo e suas fixações*, organizada pelos Professores Michael Soubbotnik e Olga Maria Machado Carlos de Souza; a publicação da dissertação com o título *Império Romano e o Reino dos Céus* de Miguel Marvilla, primeiro orientando do Prof. Dr. Gilvan Ventura; e a publicação da obra *História e educação: territórios em convergência*, organizada pelos Professores Gilvan Ventura da Silva, Regina Helena Silva Simões e Sebastião Pimentel Franco, a partir de um colóquio conjunto dos programas de pós-graduação em História social das Relações Políticas e Educação.

**DOS PROFESSORES:**


**1.4.** O Prof. Dr. Estilaque Ferreira dos Santos informa sobre o convite do Senhor Governador, Paulo Hartung, para compor uma comissão para o desenvolvimento de ações estratégicas na área da cultura e história do Espírito Santo. A dita comissão é composta pelos Doutores Arlindo Villaschi Filho, Marta Zorzal, João Gualberto e Estilaque Ferreira. O senhor Governador externou expressamente à comissão seu intento em financiar uma obra de referência a respeito da História do Espírito Santo e, junto à Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, e lançar um Edital de pesquisa com a temática História do Espírito Santo. Acrescentou ainda Dr. Estilaque Ferreira que acredita ser esta ação do senhor Governador merecedora do apoio do Colegiado desta pós-graduação, o que obteve a concordância dos presentes e do senhor Coordenador.

**II. DELIBERAÇÕES:**

**2.1. Eleição da Coordenação do PPGHIS – Biênio 2008-2009.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva apresentou a candidatura das Professoras Dras. Adriana Pereira Campos e Márcia Barros F. Rodrigues aos cargos de Coordenadora e Coordenadora Adjunta. As professoras manifestaram suas expectativas de darem continuidade ao trabalho da gestão anterior e realizar esforços para projetar o Doutorado em 2011. Após, o Coordenador distribuiu as cédulas aos

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos


Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

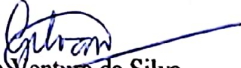
Sebastião Pimentel Franco

presente e leu = 

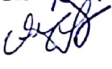


**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

presentes e as recolheu em seguida, entregando à Profa. Dra. Maria Beatriz Nader a responsabilidade de realizar o escrutínio dos votos. A Professora Dra. Maria Beatriz Nader anunciou que as Professoras Dras. Adriana Pereira Campos e Márcia Rodrigues obtiveram a aprovação unânime dos presentes, sendo eleitas, respectivamente, Coordenadora e Coordenadora Adjunta do PPGHIS/UFES para o biênio 2008/2009, com gestão a ser iniciada em 01 de janeiro de 2008. **2.2 Finalização da aprovação do Regimento.** O Prof. Gilvan lembra aos presentes sobre a deliberação na reunião do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e sete (25/09/2007) de dar continuidade à finalização da aprovação do Regimento, a partir do ponto “Da Verificação do Desempenho Acadêmico”. Após discussão, o regimento aprovado à unanimidade as alterações propostas, ficando o regimento, com validade a partir de março de 2008, na forma que se segue: **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS) - REGIMENTO ESPECÍFICO DO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS DA UFES - FEVEREIRO DE 2008. SUMÁRIO:** Das Finalidades, Da Organização Administrativa do Programa, Do Colegiado Acadêmico. Dos Coordenadores do Programa. Da Secretaria. Do Regime de Créditos. Dos Seminários de Dissertação. Do Estágio de Docência. Da Integralização dos Créditos e Atividades Complementares. Da Dissertação e da Defesa Do Exame de Qualificação. Do Orientador Acadêmico de Dissertação e do Co-orientador. Do Ingresso no Programa (Inscrição e Seleção). Da Matrícula. Do Aproveitamento de Créditos e da Transferência. Da Verificação do Desempenho Acadêmico. Dos Alunos Especiais. Do Desligamento do Programa Dos Recursos de Avaliação. Do Corpo Docente: Da Constituição; Da Admissão; Dos Direitos e Deveres; Do Corpo Discente: Da Constituição; Dos Direitos e Deveres; Da Representação Estudantil. Da Concessão de Grau. Disposições Gerais. Anexo I : Da Área de Concentração e das Linhas de Pesquisa. Anexo II: Da Estrutura Curricular. Anexo III: Da Execução Curricular. Anexo IV: Do Procedimento de Arguição. **TÍTULO I. DAS FINALIDADES.** Art. 1 °. O Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado), organizado em conformidade com o Regimento Geral da Pós-Graduação da UFES (Res. 25/95-CEPE), tem por finalidade: I - dar cumprimento ao que dispõe o art. 58 do Regimento Geral da UFES e ao art. 5 ° do seu Estatuto; II - Possibilitar a qualificação de profissionais aptos à pesquisa e ao magistério superior na área de História.. **TÍTULO II: DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA.** Art. 2 °. Para atingir suas finalidades, o PPGHIS estruturar-se-á em uma Coordenação de Pós-Graduação, de caráter pedagógico-científico e administrativo, constituída pelas seguintes instâncias: um Colegiado Acadêmico, um Coordenador, um Coordenador Adjunto e uma Secretaria. Art. 3 °. A Coordenação da Pós-Graduação em História é a responsável direta pela execução didático-científica do Curso de Mestrado em História. **CAPÍTULO I. DO COLEGIADO ACADÊMICO.** Art. 4 °. O Colegiado Acadêmico da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração em

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos


Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Sebastião Pimentel Franco

 = presente e leitura




**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

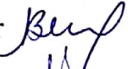
75 História Social das Relações Políticas, é constituído por todos os docentes credenciados sob as  
76 categorias de **professores permanentes**, **professores participantes** e **professores visitantes** em  
77 efetivo exercício e pelos representantes do corpo discente do PPGHIS, na proporção de 1/5 (um  
78 quinto) dos membros do corpo docente; Parágrafo 1º - Caberá ao Coordenador a presidência do  
79 Colegiado Acadêmico, devendo ser substituído em seus impedimentos pelo Coordenador Adjunto,  
80 sem prejuízo das atribuições específicas eventualmente delegadas a este último. Parágrafo 2º - Para  
81 efeitos de *quorum* às reuniões do PPGHIS, serão considerados apenas os **professores permanentes**.  
82 Art. 5º. Os docentes do PPGHIS deverão satisfazer todas as exigências necessárias ao seu  
83 credenciamento e à manutenção do mesmo estabelecidas pelo CEPE (Res. 25/95, Título IV,  
84 Capítulo I, Seção IX) e pelo presente Regimento. Art. 6º. A representação discente será constituída  
85 a partir de processo eleitoral do qual poderão participar todos os alunos regularmente matriculados  
86 no PPGHIS; Parágrafo Único - O processo eleitoral previsto no presente artigo seguirá o disposto  
87 nos artigos 124 a 127 do Estatuto da UFES, excetuando-se o item II do Art. 125. Art 7º. Todos os  
88 atos administrativos e acadêmicos do Coordenador ou do Coordenador Adjunto pressupõem sempre  
89 a observância estrita ao Estatuto e ao Regimento Geral da UFES bem como às normas de direito;  
90 Art 8º. Compete ao Colegiado Acadêmico: I - aprovar, emendar ou substituir o presente  
91 Regimento, encaminhando as respectivas decisões à apreciação das instâncias superiores da UFES;  
92 II - eleger, mediante escrutínio secreto, o Coordenador e o Coordenador Adjunto do PPGHIS de  
93 acordo com as chapas inscritas para a disputa e respeitando-se a proporcionalidade existente entre  
94 os votos dos docentes e dos alunos; III - discutir e aprovar o planejamento semestral ou anual do  
95 PPGHIS a partir de proposta do Coordenador; IV - pronunciar-se sobre toda e qualquer proposta de  
96 alteração curricular à vista de parecer fundamentado de relator designado pelo Coordenador ou pelo  
97 próprio Colegiado e cujo teor deverá ser levado ao conhecimento dos demais membros com a  
98 devida antecedência; V - homologar as indicações de orientação encaminhadas pelo Coordenador;  
99 VI - examinar e aprovar as indicações apresentadas ou encaminhadas pelo Coordenador para a  
100 composição de Bancas Examinadoras de Dissertação e de Seleção para ingresso no PPGHIS;  
101 VII - examinar e aprovar qualquer proposta oriunda dos orientadores de dissertação no que diz  
102 respeito à indicação de um co-orientador para auxiliar na supervisão da prática de pesquisa  
103 desenvolvida pelos alunos; VIII - aprovar a substituição do orientador de dissertação, tanto a  
104 pedido do próprio quanto do seu orientando, desde que a solicitação seja devidamente justificada,  
105 por escrito, em requerimento dirigido à Coordenação; IX - examinar qualquer proposta concernente  
106 à alteração de prazos acadêmicos ou administrativos previstos neste Regimento ou fixados pelo  
107 próprio Colegiado Acadêmico; X - analisar e decidir, a partir de parecer do Coordenador ou de  
108 outro docente por ele designado, sobre a equivalência de créditos, por alunos que já possuam o  
109 título de mestre ou doutor em qualquer área do conhecimento obtido em outros programas de pós-  
110 graduação devidamente credenciados pela CAPES. Em caso de diploma obtido em instituição  
111 estrangeira, deverá ser apresentada, para efeitos de equivalência de créditos, a covalidação efetuada

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 


Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos

Estilaze Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco

 - presente à leitura



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - DIA 23/11/2007**

por instituição brasileira devidamente credenciada; XI - homologar a escolha dos representantes discentes, de acordo com as respectivas normas eleitorais e com o Estatuto da UFES; XII - tomar ciência, à vista dos respectivos relatórios ou atas, dos resultados ou conclusões de toda e qualquer comissão ou banca examinadora por ele constituída; XIII - pronunciar-se, em primeira instância, sobre todo e qualquer recurso impetrado contra o PPGHIS, uma vez tendo sido a matéria analisada conforme disposto nos artigos 69 e 70; XIV - homologar o Edital do Concurso de Seleção para ingresso no PPGHIS proposto pelo Coordenador; XV - pronunciar-se sobre todo pedido de credenciamento de professores bem como de desligamento temporário ou de alteração de categoria oriundo de docente que pertença aos quadros do PPGHIS; XVI - reunir-se em caráter ordinário de acordo com calendário elaborado pela Coordenação, e em caráter extraordinário sempre que expressamente convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita da maioria de seus membros; Parágrafo Único - as reuniões ordinárias serão fixadas em calendário semestral ou anual aprovado pelo Colegiado Acadêmico, devendo ser divulgados com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito horas) o memorando de convocação com a respectiva pauta e a ata da reunião anterior; XVII - deliberar sobre a alocação de recursos geridos pelo PPGHIS, independente da natureza dos mesmos; **CAPÍTULO II: DOS COORDENADORES DO PROGRAMA.** Art. 9º. O PPGHIS contará com 1 (um) Coordenador e 1 (um) Coordenador Adjunto, eleitos na forma estabelecida por este Regimento em seu artigo 8º inciso II, os quais serão os responsáveis pelo funcionamento acadêmico-científico e administrativo do respectivo curso, bem como pela fiel execução de todas as responsabilidades que lhe são atribuídas por este Regimento. Parágrafo Único - O mandato dos Coordenadores será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por mais um mandato consecutivo. Art. 10º. Os Coordenadores do PPGHIS deverão pertencer ao seu corpo docente permanente e possuir reconhecida vivência no campo da pós-graduação, além de trabalhar em regime de tempo integral. Art. 11. Compete ao Coordenador: I - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento, bem como sugerir as eventuais alterações ditadas pela experiência de sua aplicação; II - convocar e presidir as reuniões do Colegiado Acadêmico em obediência ao que estabelece o art. 8º inciso XVI do presente Regimento em seu Parágrafo Único; III - elaborar o planejamento semestral de cursos e de demais atividades acadêmico-científicas do PPGHIS a fim de submetê-lo à aprovação do Colegiado Acadêmico; V - representar o PPGHIS perante todos os órgãos e instâncias da UFES, assim como perante as instituições congêneres e as agências de fomento; VI - encaminhar ao Colegiado Acadêmico proposta para composição das Bancas de Defesa ou Seleção para ingresso no PPGHIS previstas neste Regimento; VII - constituir comissões ou designar relatores individuais para apreciar assuntos relevantes para o PPGHIS; VIII - submeter à apreciação do Colegiado Acadêmico qualquer proposta de alteração de prazos acadêmicos regimentais ou não; IX - propor ou encaminhar ao Colegiado Acadêmico para homologação toda e qualquer indicação de docente para ingresso no PPGHIS, seja sob a categoria de professor permanente, participante ou visitante; X - encaminhar à Câmara de Pós-Graduação da PRPPG a documentação relativa a propostas de

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - presente a leitura

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarزارo Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

149 alteração regimental e ao credenciamento de docentes do PPGHIS; XI - levar ao conhecimento do  
150 Colegiado Acadêmico, para devida homologação, as solicitações ou indicações de docentes para as  
151 funções de orientador e/ou co-orientador de dissertação; XII - supervisionar o funcionamento da  
152 Secretaria e de todos os demais setores e serviços administrativos; XIII - decidir, por meio de *ad*  
153 *referendum*, sobre todos os assuntos cuja urgência possa justificar esse procedimento; XIV -  
154 elaborar e encaminhar à deliberação do Colegiado Acadêmico toda e qualquer proposta de alteração  
155 curricular ou regimental; XV - submeter os pedidos de equivalência de créditos, devidamente  
156 instruídos conforme disposto no art. 8º inciso X deste Regimento, à apreciação do Colegiado  
157 Acadêmico; XVI - autorizar, em comum acordo com o orientador, que o aluno curse disciplinas em  
158 outros cursos oferecidos pela UFES ou por instituições devidamente credenciadas no País; XVII -  
159 autorizar, mediante solicitação, que o aluno de qualquer outro programa de pós-graduação  
160 devidamente credenciado, quer da UFES ou não, curse disciplinas isoladas no PPGHIS; XVIII -  
161 apresentar ao Colegiado Acadêmico, para homologação, relatório do processo de eleição para  
162 representação discente; XIX - elaborar e encaminhar à deliberação do Colegiado Acadêmico o  
163 Edital de Seleção para ingresso no PPGHIS, com o respectivo número de vagas, exigências de  
164 inscrição e etapas de seleção dos candidatos, observando sempre o artigo 39 do presente  
165 Regimento; XX - submeter à apreciação do Colegiado Acadêmico, acompanhado de parecer  
166 devidamente fundamentado, qualquer pedido de desligamento temporário ou de alteração de  
167 categoria de docente integrante do PPGHIS; XXI - emitir declarações, atestados e equivalentes e  
168 firmar documentos em nome do PPGHIS; XXII - tomar as providências administrativas cabíveis  
169 para substituir os membros do corpo docente em eventuais impedimentos, de modo a evitar  
170 qualquer prejuízo acadêmico para os alunos; Art. 12. O Coordenador Adjunto deve agir em estreita  
171 colaboração com o Coordenador, inteirando-se de todos os procedimentos administrativos em curso  
172 e substituindo este último, com igual competência, sempre que houver necessidade. **CAPÍTULO**  
173 **III - DA SECRETARIA.** Art. 13. A Secretaria do PPGHIS compreende um(a) secretário(a)  
174 administrativo(a), responsável pelo setor, e os demais funcionários técnico-administrativos  
175 necessários ao cumprimento de suas atribuições. Art. 14. Compete à Secretaria manter atualizados  
176 e em ordem os arquivos documentais, bem como dar suporte administrativo a todas as tarefas de  
177 responsabilidade do PPGHIS sob supervisão do Coordenador. **TÍTULO III: DAS EXIGÊNCIAS**  
178 **CURRICULARES.** **CAPÍTULO I - DO REGIME DE CRÉDITOS.** Art. 15. O currículo do  
179 Curso de Mestrado em História Social das Relações Políticas é composto por disciplinas de caráter  
180 obrigatório e optativo, bem como pelas seguintes atividades complementares: Seminário de  
181 Dissertação e Estágio de Docência. Art. 16. Para efeito da composição e da execução curriculares  
182 baseadas no sistema de créditos, serão utilizados os seguintes parâmetros que definem a carga  
183 horária necessária para a obtenção de 1 (um) crédito (unidade do currículo); I - uma hora de aula  
184 teórica ou expositiva por semana, totalizando 15 horas ao longo de 15 semanas; II - duas horas de  
185 aulas práticas por semana, totalizando 30 horas ao longo de 15 semanas; III - três horas de trabalho

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos


Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Sebastião Pimentel Franco

 - *presença e leitura*



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

186 supervisionado ou estágio por semana, totalizando 45 horas ao longo de 15 semanas. Art. 17. Tendo  
187 em vista o disposto no artigo anterior, a atribuição de créditos às atividades acadêmicas em  
188 disciplinas e ao Estágio de Docência se dará da seguinte forma: I - em disciplinas (obrigatórias e  
189 optativas): 4 horas teóricas/semana ou 60 horas/semestre = 4 créditos; 6 horas de trabalho  
190 supervisionado/semana ou 90 horas/semestre = 2 créditos. Total: 150 horas/semestre = 6 créditos.  
191 **CAPÍTULO II: DO SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO.** Art. 18. Entende-se por Seminário de  
192 Dissertação a atividade obrigatória, realizada no decorrer do segundo semestre letivo, consistindo  
193 em sessões de trabalho destinadas ao amadurecimento dos projetos de pesquisa dos alunos a partir  
194 de discussões coletivas envolvendo mestrands, docentes do PPGHIS e de outros programas afins,  
195 convidados na qualidade de conferencistas e interlocutores do Seminário. Art. 19. A  
196 operacionalização do Seminário de Pesquisa, a cargo do Coordenador, se fará segundo os  
197 parâmetros que normalmente regem os simpósios e congressos acadêmicos. Art. 20. Somente após  
198 o cumprimento do Seminário de Dissertação, o aluno estará habilitado para se submeter ao Exame  
199 de Qualificação. Parágrafo Único - Embora não contabilize créditos e nem resulte na atribuição de  
200 grau, a participação nos Seminários de Dissertação é de caráter **obrigatório**. **CAPÍTULO III - DO**  
201 **ESTÁGIO DE DOCÊNCIA.** Art. 21. No decorrer dos seus 2 (dois) anos de permanência no  
202 PPGHIS, o mestrando contemplado com bolsa de estudos deverá atuar, sob supervisão de seu  
203 orientador, como estagiário junto ao curso de graduação do Departamento de História, ministrando  
204 uma disciplina optativa; Parágrafo 1º - A indicação da disciplina para efeitos do Estágio de  
205 Docência deverá ser compatível com o domínio de estudo exigido pelo aluno na elaboração do seu  
206 trabalho de dissertação, de modo a consolidar a associação entre ensino e pesquisa manifesta no  
207 intercâmbio contínuo entre a Graduação e a Pós-Graduação. Parágrafo 2º - Excepcionalmente, para  
208 o caso dos alunos que tenham condições efetivas de concluir o curso no prazo mínimo de 1 (um)  
209 ano, o Estágio de Docência será antecipado. **CAPÍTULO IV: DA INTEGRALIZAÇÃO DOS**  
210 **CRÉDITOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES.** Art. 22. A integralização mínima e  
211 máxima dos créditos e atividades que compõem a estrutura curricular do Curso de Mestrado  
212 obedecerá aos seguintes prazos: I - integralização mínima: 2 (dois) semestres letivos ou 1(um) ano;  
213 II - integralização máxima: 4 (quatro) semestres letivos ou 2 (dois) anos, havendo a possibilidade de  
214 prorrogação do prazo máximo. **CAPÍTULO V - DA DISSERTAÇÃO E DA DEFESA.** Art. 23.  
215 Os trabalhos finais, na forma de **dissertação** formalizada de acordo com o padrão estabelecido pela  
216 Câmara de Pós-Graduação da UFES, serão elaborados e apresentados sob a responsabilidade de um  
217 orientador e, se for o caso, também de um co-orientador, ambos devidamente aprovados pelo  
218 Colegiado Acadêmico. Art. 24. A Dissertação de Mestrado consistirá num trabalho individual e  
219 original no qual se demonstre conhecimento bibliográfico e documental compatíveis com o objeto  
220 de estudo escolhido, hipóteses de trabalho exploradas de forma consistente e adequada clareza  
221 quanto aos problemas metodológicos implícitos ou explícitos. Art. 25. A Banca Examinadora de  
222 Dissertação será composta por até 5 (cinco) membros, da maneira como se segue: o orientador; 2 ou

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco

 - presente e leu



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**


223 3 (dois ou três) titulares, sendo pelo menos um dos membros pertencente aos quadros do PPGHIS,  
224 outro externo aos quadros da UFES e 1 (um) suplente, todos portadores do título de Doutor ou  
225 equivalente. Parágrafo Único - A composição da banca assim definida será proposta pelo orientador  
226 ao Coordenador do Curso e homologada pelo Colegiado Acadêmico. Art. 26. O Colegiado  
227 Acadêmico terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de depósito da dissertação, para  
228 aprovar a Banca Examinadora. Parágrafo Único - O prazo máximo para a defesa é de 60 (sessenta)  
229 dias, contados a partir do depósito da dissertação. Art. 27. Finda a arguição, a Banca Examinadora  
230 reunir-se-á imediatamente em sessão secreta na qual deliberará sobre a qualidade da dissertação e  
231 da defesa. Esta avaliação resultará numa das opções seguintes: - aprovação, quando nenhuma  
232 alteração for proposta pela Banca Examinadora, ou quando as correções sugeridas não tornarem  
233 evidente a inconsistência da dissertação; II - reprovação, quando a Banca Examinadora levantar  
234 questionamentos relevantes e pertinentes quanto ao conteúdo e à metodologia do trabalho ou  
235 quando o trabalho não possuir caráter individual e original, cf. art 24. Parágrafo 1º - A critério da  
236 Banca Examinadora, a dissertação devidamente aprovada poderá ser atribuída uma das seguintes  
237 menções: APROVADA, APROVADA COM DISTINÇÃO OU APROVADA COM DISTINÇÃO  
238 RECOMENDANDO-SE A PUBLICAÇÃO. Art. 28. Após reunião secreta para avaliação da  
239 dissertação, a Banca Examinadora elaborará e subscreverá a ata da defesa, lendo-a para os presentes  
240 à sessão pública. Art. 29. Uma cópia da dissertação defendida deverá ser encaminhada pelo  
241 Coordenador à Biblioteca Central da UFES até, no máximo, 06 (seis) meses após a defesa.  
242 **CAPÍTULO VIII - DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO.** Art. 30. No ato da matrícula no quarto  
243 e último período do curso, o mestrando deverá requerer ao Coordenador a realização do seu Exame  
244 de Qualificação, o qual consistirá em arguição pública do material preliminar composto por uma  
245 introdução, na qual estejam formuladas as hipóteses de trabalho; por, pelo menos, 2/3 da  
246 dissertação, incluindo a exploração de fontes; e pela sinopse do capítulo ou capítulos restantes. O  
247 material assim apresentado será avaliado por Banca Examinadora composta por até 5 (cinco)  
248 membros, da maneira como se segue: o orientador; 2 ou 3 (dois ou três) titulares, sendo pelo menos  
249 um deles pertencente aos quadros do PPGHIS; e 1 (um) suplente, todos portadores do título de  
250 Doutor ou equivalente. Parágrafo 1º - A composição da Banca de Qualificação, a data e o local do  
251 exame serão indicados pelo orientador e autorizados pelo Coordenador. Parágrafo 2º - A Banca de  
252 Qualificação, independente dos membros que vierem a integrá-la, não poderá gerar ônus para o  
253 Programa. Art. 31. Tanto o aluno como cada um dos arguidores disporá de 20 (vinte) minutos para  
254 fazer as suas considerações acerca do projeto, sendo facultado ao orientador exercer ou não o seu  
255 direito de arguição. **CAPÍTULO IX. DO ORIENTADOR ACADÊMICO DE DISSERTAÇÃO**  
256 **E DO CO-ORIENTADOR.** Art. 32. O orientador acadêmico de dissertação é o docente portador do  
257 título de Doutor ou equivalente responsável pelo acompanhamento e orientação de estudos do pós-  
258 graduando desde o seu ingresso no PPGHIS até a defesa da respectiva dissertação. Art. 33. Será  
259 admitido 1 (um) co-orientador (detentor do título de Doutor ou equivalente) por dissertação quando


  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - presente e leitura

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarزارo Siqueira

Sebastião Pimentel Franco




**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

260 a natureza do trabalho a ser desenvolvido o justifique. Parágrafo 1º - A solicitação de um co-  
261 orientador será feita pelo orientador ao Coordenador, o qual submeterá o nome indicado à  
262 homologação do Colegiado Acadêmico; Parágrafo 2º - Quando o co-orientador proposto não  
263 pertencer aos quadros do PPGHIS, a sua indicação deverá ser instruída por informações que  
264 permitam ao Colegiado Acadêmico avaliar a capacidade profissional do indicado para exercer as  
265 tarefas de co-orientação; Art. 34. O pedido de co-orientação é específico e destinado a um único  
266 aluno, não implicando assim que um co-orientador externo ao PPGHIS seja credenciado em caráter  
267 permanente apenas por meio do exercício de co-orientação. **TÍTULO IV: DO REGIME**  
268 **ESCOLAR E DIDÁTICO-CIENTÍFICO. CAPÍTULO I - DO INGRESSO NO PROGRAMA**  
269 **(INSCRIÇÃO E SELEÇÃO).** Art. 35. Podem candidatar-se ao PPGHIS os profissionais  
270 diplomados em cursos de graduação plena em História ou em áreas afins autorizados pelo  
271 Conselho Superior de Educação, bem como os graduados por universidades estrangeiras desde que  
272 o referido diploma tenha sido devidamente reconhecido por uma IES brasileira com credenciamento  
273 junto ao MEC; Parágrafo 1º - São considerados afins à área de História os seguintes cursos:  
274 Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, Letras, Comunicação Social, Direito, Serviço Social,  
275 Economia, Pedagogia, Psicologia, Artes e Arquitetura. Parágrafo 2º - Poderão ser admitidos à  
276 seleção os portadores de diplomas em área não mencionada no **caput** do presente artigo. Neste  
277 caso, caberá à Banca de Seleção examinar o histórico escolar do candidato para avaliar o seu nível  
278 de formação na área de Ciências Humanas. Art. 36. No ato da inscrição, os candidatos deverão  
279 apresentar à Coordenação os seguintes documentos: I - Fotocópia autenticada do diploma de  
280 graduação ou declaração de colação de grau; II - Fotocópia autenticada de Histórico Escolar de  
281 Graduação; III - Fotocópia autenticada da carteira de identidade e do CPF; III - *curriculum vitae*  
282 comprovado; Art. 37. No mesmo ato, deverão ser atendidas as seguintes formalidades: I - ficha de  
283 inscrição devidamente preenchida; II - indicação de uma língua estrangeira para a qual se habilitará  
284 mediante prova específica; Art. 38. O Coordenador tornará público Edital de abertura de inscrições  
285 para a seleção ao Curso com uma antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Do referido Edital  
286 deverão constar as exigências previstas neste Regimento, além de outras que venham a ser julgadas  
287 necessárias, bem como o número de vagas disponíveis, a natureza das provas, seus programas,  
288 bibliografia, cronograma e grau mínimo para aprovação. Art. 39. A seleção dos candidatos será  
289 realizada por Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado Acadêmico e composta por docentes do  
290 PPGHIS, a qual atuará em todo o processo seletivo; Parágrafo Único - O exame de cada uma das  
291 línguas estrangeiras aceitas pelo PPGHIS poderá ficar a cargo de um consultor específico oriundo  
292 da área de Letras e portador de título de Doutor ou equivalente em todos os casos em que o  
293 Colegiado Acadêmico julgar conveniente. Art. 40. Todas as etapas de seleção terão caráter  
294 eliminatório, sendo os critérios de aprovação fixados em Edital por ocasião do Processo Seletivo.  
295 Parágrafo Único - É considerada condição **primordial** para ingresso no PPGHIS o conhecimento,  
296 em nível de leitura, de pelo menos 1 (uma) língua estrangeira dentre aquelas definidas no Edital de

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva


Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco

 - presente à leitura




**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

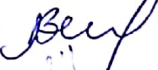
297 Seleção, cf. o artigo 63 inciso I do Regimento Geral da UFES. Art. 41. As Bancas de Seleção de  
298 candidatos ao PPGHIS, findo o processo seletivo, deverão encaminhar ao Coordenador relatório  
299 circunstanciado de todas as suas atividades acompanhado de relação dos candidatos classificados,  
300 não classificados e inabilitados. **CAPÍTULO II - DA MATRÍCULA.** Art. 42. Terão direito à  
301 matrícula inicial os candidatos considerados aptos pelos examinadores e devidamente classificados  
302 conforme o limite de vagas constante do Edital de Seleção. Parágrafo 1º - O aluno matriculado terá  
303 seus estudos supervisionados pelo seu orientador acadêmico, membro do corpo docente do  
304 PPGHIS; Parágrafo 2º - Em caso de alteração do presente Regimento, o aluno realizará todo o seu  
305 Curso no regime em vigor por ocasião do ingresso no curso. Art. 43. O ato da matrícula é semestral  
306 e **obrigatório** para todos os alunos que se encontrem dentro do prazo estabelecido pelo artigo 22,  
307 mesmo para aqueles que já tenham cumprido todos os créditos e realizado o Seminário de  
308 Dissertação, o Estágio de Docência e o Exame de Qualificação. Art. 44. A efetivação da matrícula  
309 se dará junto à Secretaria e dependerá do preenchimento de formulário específico; Parágrafo 1º -  
310 Para a realização da matrícula semestral, o aluno deverá ainda cumprir as seguintes exigências:  
311 Matrícula no 2º período do curso – entrega do projeto de dissertação reelaborado e com o DE  
312 ACORDO do orientador com vistas à realização do Seminário de Dissertação; Matrícula no 3º  
313 período do curso – entrega do primeiro capítulo acompanhado do formulário próprio assinado pelo  
314 orientador. Matrícula no 4º período do curso – entrega do Relatório de Qualificação de dissertação  
315 com o DE ACORDO do orientador; Parágrafo 2º - Em nenhuma circunstância será autorizada a  
316 matrícula do aluno sem que sejam cumpridas as exigências mencionadas no Parágrafo 1º do  
317 presente artigo; Parágrafo 3º - É obrigatório que o aluno se inscreva todo semestre em disciplinas  
318 até o momento em que o número mínimo de créditos exigido pelo PPGHIS tenha sido alcançado.  
319 Art. 45. Decorridos 30 (trinta) dias do início do semestre letivo, serão aceitos, por tempo  
320 determinado e conforme o calendário estabelecido pelo PPGHIS, os pedidos de cancelamento e/ou  
321 inclusão de disciplinas solicitadas pelo aluno quando da realização da matrícula; Parágrafo 1º - A  
322 inclusão de disciplinas após a matrícula dependerá sempre do limite de vagas disponível em cada  
323 turma; Parágrafo 2º - O aluno que desejar incluir alguma disciplina após a matrícula, deverá  
324 acompanhá-la **desde o início do semestre letivo**, solicitando ao professor o registro provisório do  
325 seu nome na pauta até o momento em que a sua situação seja regularizada, conforme o **caput** deste  
326 artigo. Artigo 46 - Será permitida, por motivo de força maior devidamente atestado, a prorrogação  
327 do prazo de conclusão do curso por um período máximo de 4 (quatro) meses. Parágrafo 1º - O  
328 pedido de prorrogação do prazo de depósito de Dissertação deverá ser apresentado ao Coordenador  
329 pelo orientador acompanhado de documentação comprobatória na qual sejam descritas as razões  
330 pelas quais solicita a prorrogação e por quanto tempo; Parágrafo 2º - a concessão da prorrogação  
331 dependerá da aprovação do Colegiado Acadêmico; Parágrafo 3º - Em situação de excepcionalidade  
332 o Colegiado Acadêmico poderá conceder uma prorrogação suplementar de mais 2 (dois) meses,  
333 além dos 4 (quatro) meses mencionados no **caput** deste artigo. Art. 47. O aluno matriculado


  
Gilvan Ventura da Silva


Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - presente e lida

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarزارo Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

334 no PPGHIS poderá cursar disciplinas em outros Cursos de Pós-Graduação recomendados pela  
335 CAPES, quer sejam os mesmos oferecidos pela UFES ou por demais instituições no País, desde que  
336 autorizado pelo seu orientador acadêmico, pelo Coordenador do curso ao qual está vinculado e pelo  
337 Coordenador do curso responsável pela disciplina. Parágrafo Único - O número de créditos a ser  
338 obtido conforme o disposto no **caput** deste artigo não poderá exceder 1/4 do número de créditos em  
339 disciplinas exigidos pelo PPGHIS. Art. 48. Por critério de reciprocidade, o PPGHIS aceitará a  
340 inscrição em disciplina isolada de alunos matriculados em cursos de pós-graduação do País  
341 devidamente credenciados pela CAPES. Parágrafo 1º - A inscrição do aluno de outros cursos de  
342 pós-graduação definida no **caput** deste artigo será efetuada mediante solicitação da Coordenação  
343 dos mesmos, a qual serão remetidos oportunamente os resultados obtidos. Parágrafo 2º - A  
344 inscrição em disciplina para alunos oriundos de outros programas deverá ser feito dentro dos prazos  
345 ordinários. **CAPÍTULO III - DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS E DA**  
346 **TRANSFERÊNCIA.** Art. 49. O aluno que porventura já possuir um título de pós-graduação  
347 *stricto sensu* obtido em cursos de pós-graduação devidamente credenciados pela CAPES poderá, no  
348 ato da sua **matrícula inicial**, requerer à Coordenação o aproveitamento de créditos, até o limite de  
349 1/4 dos créditos em disciplinas exigidos pelo PPGHIS, anexando ao seu pedido o Histórico Escolar  
350 de Pós-Graduação, as ementas, programas e bibliografias das disciplinas cursadas. Parágrafo 1º - O  
351 aproveitamento de créditos dependerá sempre de parecer favorável do professor-orientador  
352 mediante análise da documentação apresentada e da aprovação do Colegiado Acadêmico, não sendo  
353 obrigatória a sua concessão; Parágrafo 2º - Para os casos de mestres, o aproveitamento de créditos  
354 somente será possível se o prazo decorrido entre a obtenção do grau e o ingresso no PPGHIS for  
355 igual ou inferior a 5 (cinco) anos, não havendo limite para o caso de doutor; Parágrafo 3º - Não  
356 haverá aproveitamento de créditos nas atividades de estudos orientados, seminários e estágios. Art.  
357 50. Por deliberação exclusiva do Colegiado Acadêmico, à luz de parecer devidamente  
358 fundamentado, o PPGHIS poderá aceitar a transferência de alunos que estejam matriculados em  
359 outros cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em História do País devidamente credenciados pela  
360 CAPES. **CAPÍTULO IV - DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO.** Art. 51.  
361 A avaliação do desempenho acadêmico compreende a verificação de três elementos essenciais e  
362 eliminatórios por si mesmos: o aproveitamento acadêmico em disciplinas e no Estágio de Docência;  
363 o aproveitamento acadêmico na defesa de dissertação e a assiduidade às atividades acadêmicas. Art.  
364 52. O aproveitamento acadêmico em disciplinas será aferido por meio de provas, trabalhos de  
365 pesquisa individual ou qualquer outro procedimento que resulte em, pelo menos, uma avaliação  
366 **escrita**, sendo o grau final expresso em valores numéricos distribuídos numa escala de 0,0 (zero) a  
367 10,0 (dez). O grau mínimo para aprovação nesse caso será igual ou superior a 6,0 (seis). Art. 53. O  
368 aproveitamento acadêmico no Estágio de Docência será avaliado por meio da atribuição dos  
369 conceitos SATISFATÓRIO (S) ou REPROVADO (R) pelo responsável pela atividade. Art. 54. O  
370 aproveitamento acadêmico em defesa de dissertação seguirá o que se encontra disposto no art. 27 do


  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - presente e leu

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

presente Regimento. Art. 55. O cancelamento de disciplina dentro do prazo oficial importará a sua não inclusão no Histórico Escolar do estudante; Art. 56. No Histórico Escolar do aluno deverão estar devidamente identificadas as disciplinas correspondentes aos créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação. Art. 57. Será condição necessária para aprovação e obtenção dos créditos em cada disciplina ou no Estágio de Docência a comprovação de uma frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente. Art. 58. A atribuição de grau ou

conceito prevista nos artigos 52 e 53 deste Regimento compete privativamente ao professor da disciplina, o qual deverá ponderar a seu critério, individualmente, os seguintes elementos: comparecimento às aulas teóricas; presença e participação nos trabalhos práticos; execução adequada dos trabalhos supervisionados e estágios; qualidade do trabalho final da disciplina.

**CAPÍTULO VI - DOS ALUNOS ESPECIAIS** - Art. 59. Aos detentores de Graduação Plena em qualquer área é permitida a inscrição em disciplinas optativas do PPGHIS na condição de Alunos

Especiais. Art. 60. O Aluno Especial deverá cumprir todas as atividades e trabalhos previstos para os alunos regulares, no programa da disciplina em que se matriculou e, ao final do curso, fará jus a um certificado expedido pelo Coordenador. Art. 61. O Aluno Especial que pretenda passar a aluno regular terá de submeter-se ao processo seletivo adotado para ingresso de candidatos, e cumprir todas as exigências a que estão sujeitos os alunos regulares. Art. 62. A matrícula para ingresso como aluno especial se dará por meio de processo seletivo semestral previsto em edital específico e com o acompanhamento de Banca de Seleção constituída para tal fim. Art. 63. Depois de matriculado regularmente no PPGHIS, o referido aluno poderá aproveitar os créditos cursados na qualidade de Aluno Especial, desde que o prazo decorrido entre a obtenção dos mesmos e o ingresso no PPGHIS não seja superior a 2 (dois) anos. Art. 64. A coordenação deverá prever, em cada disciplina oferecida pelo PPGHIS ao longo do semestre, um número específico de vagas destinadas aos Alunos Especiais a fim de atender a essa demanda particular e ao mesmo tempo não prejudicar os alunos regularmente matriculados. Art. 65. Os prazos de inscrição, cancelamento e inclusão de disciplinas para os alunos aceitos na condição de Aluno Especial seguirão o mesmo calendário acadêmico proposto para os alunos regulares do PPGHIS.

**CAPÍTULO VII - DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA** - Art. 66. O DESLIGAMENTO do PPGHIS ocorrerá por: - I - conclusão do Mestrado; II - não observância dos prazos de matrícula semestral fixados no calendário acadêmico do PPGHIS; III - não cumprimento de qualquer atividade ou exigência nos prazos regimentais; IV - reprovação em mais de uma disciplina; V - reprovação na defesa de dissertação; VI - solicitação própria. - **CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS DE AVALIAÇÃO** -

Art. 67. Tanto ao candidato a ingresso no PPGHIS quanto ao aluno regularmente matriculado é facultado o direito de recurso da avaliação efetuada pela Banca de Seleção, de Defesa de Dissertação ou por qualquer professor responsável por disciplina, Estágio de Docência ou atividade correlata. Art. 68. Na condição de pleiteante a ingresso no curso, o candidato poderá recorrer das avaliações escritas. Parágrafo 1º Feita a divulgação da lista dos aprovados, o recorrente disporá de

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos


Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarزارo Siqueira

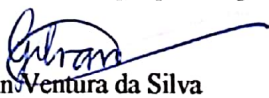
Sebastião Pimentel Franco

 - presente e leu



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

408 48 (quarenta e oito) horas para solicitar por escrito à Banca Examinadora revisão de nota, a qual  
409 deliberará sobre a matéria no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis; Art. 69. Na condição de  
410 matriculado no PPGHIS, o aluno terá igualmente 48 (quarenta e oito) horas para recorrer, por  
411 escrito, ao Coordenador, das **notas finais** obtidas em disciplina, Estágio de Docência, defesa de  
412 dissertação ou na seleção para concessão de bolsas; Parágrafo 1º - Recebido o recurso, o  
413 Coordenador anexará ao processo a documentação pertinente e designará uma Comissão formada  
414 por 3 (três) professores integrantes do PPGHIS para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se pronunciar  
415 sobre a matéria, ouvidas as partes discordantes; Parágrafo 2º - O Colegiado Acadêmico se  
416 pronunciará sobre o resultado da Comissão em prazo compatível com o calendário do PPGHIS.  
417 Art. 70. Após a deliberação do Colegiado Acadêmico acerca dos recursos a ele apresentados, é  
418 facultado ao aluno recorrer às demais instâncias superiores; **TÍTULO V - DO CORPO DOCENTE**  
419 **- CAPÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO** - Art. 71. O corpo docente do PPGHIS compreende as  
420 seguintes categorias: I - **Professor Permanente** é o docente que atua preponderantemente no  
421 PPGHIS, de forma direta, intensa e contínua, formando o núcleo estável de docentes que  
422 desenvolvem as principais atividades de ensino, orientação de dissertação e pesquisa, assim como  
423 desempenham as funções administrativas necessárias. Serão considerados **professores**  
424 **permanentes** os docentes da UFES em regime de 40 horas DE que se disponham a dedicar 20 h de  
425 apoio ao PPGHIS e os Professores Voluntários; II - **Professor Participante** é aquele que, sendo  
426 portador do título de Doutor ou equivalente, contribui para o PPGHIS de forma complementar ou  
427 eventual, ministrando disciplinas, orientando dissertações e colaborando em projetos de pesquisa  
428 sem que, todavia, tenha uma carga intensa e permanente de atividades no PPGHIS. III - **Professor**  
429 **Visitante** é o docente residente em outro estado que não o Espírito Santo e que se encontra à  
430 disposição do PPGHIS para orientar e/ou ministrar disciplinas por um tempo determinado,  
431 contratado nos termos da Lei 8.745 de dezembro de 1993 ou contemplado com bolsa. Art. 72. Aos  
432 docentes do PPGHIS é exigida atividade criadora, demonstrada pela produção de trabalhos originais  
433 de valor comprovado em sua área de atuação e formação acadêmica representada pelo título de  
434 Doutor ou equivalente. Parágrafo Único - Em casos especiais, a juízo do Conselho de Ensino,  
435 Pesquisa e Extensão da UFES, o título de Doutor pode ser dispensado, desde que o docente tenha  
436 alta qualificação por sua experiência e conhecimento em seu campo de atividade, como ocorre com  
437 os detentores de Notório Saber. **CAPÍTULO II - DA ADMISSÃO** - Art. 73. Todo e qualquer  
438 pedido de credenciamento no PPGHIS deverá ser submetido pelo Coordenador ao Colegiado  
439 Acadêmico acompanhado de informações detalhadas, ouvido o Departamento ao qual o professor  
440 estiver vinculado, se for o caso. **CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES** - Art. 74.  
441 Todos os docentes do PPGHIS que exerçam atividades de orientação possuem responsabilidade  
442 direta na manutenção e desenvolvimento das linhas de pesquisa do PPGHIS, devendo zelar para que  
443 as dissertações sob sua supervisão resultem sempre de um trabalho de equipe e se enquadrem nas  
444 características propostas para a área de concentração do Mestrado e para a linha de pesquisa na qual

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - presente e letiva

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzarro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco

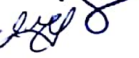


**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

estejam credenciados. Art. 75. Os docentes do PPGHIS devem ministrar aulas teóricas e práticas, supervisionar trabalhos e estágios, orientar estudos e projetos de pesquisa para elaboração de dissertações, além de comprovarem produção científica condizente com a sua qualificação. Art. 76. Os docentes que integram o PPGHIS deverão cumprir os encargos por eles livremente assumidos perante os coordenadores. Art. 77. Constitui obrigação de todos os docentes integrantes do PPGHIS, independentemente das respectivas categorias, a presença e participação nas atividades e eventos coletivos aprovados pelo Colegiado Acadêmico, assim como a pontual prestação de informações sobre suas atividades acadêmico-científicas sempre que solicitados pelos coordenadores. Art. 78. No cômputo da carga horária didática do professor, além dos demais encargos de ensino das disciplinas e atividades, será considerado o tempo dedicado à orientação de Dissertação, numa base de 02 (duas) horas-aula semanais por orientando, até o máximo de 06 (seis) horas-aula semanais. Art. 79. Os professores permanentes e participantes do PPGHIS deverão assumir atividades didáticas de graduação, perfazendo um total mínimo de 60 (sessenta) horas-aula, ou 04 (quatro) créditos por ano. Art. 80. Em tudo o mais, os direitos e deveres dos docentes que integram em qualquer caráter o PPGHIS são regidos pelo Estatuto e Regimento Geral da UFES e pela legislação federal pertinente. **TÍTULO VI - DO CORPO DISCENTE - CAPÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO** - Art. 81. O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados no PPGHIS. **CAPÍTULO II - DOS DIREITOS E DEVERES** - Art. 82. Os membros do corpo discente do PPGHIS, além do direito a se fazerem representar no Colegiado Acadêmico, regem-se, quanto aos seus direitos, deveres e regime disciplinar, pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da UFES. Parágrafo Único - Por ocasião de ingresso no PPGHIS, o aluno deverá tomar ciência do presente Regimento, comprometendo-se a observá-lo em tudo que lhe diga respeito. **CAPÍTULO III - DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL**. Art. 83. O corpo discente far-se-á representar no Colegiado Acadêmico por meio de um número de representantes igual a 1/5 (um quinto) dos membros docentes integrantes do referido Colegiado. Parágrafo Único - Para tudo o que diga respeito à eleição dos representantes estudantis no Colegiado Acadêmico, deverão ser consultados o Estatuto e o Regimento Geral da UFES. **TÍTULO VII - DA CONCESSÃO DE GRAU**: Art. 84. Dentro do prazo máximo previsto no art. 22 do presente Regimento, o aluno do PPGHIS deverá apresentar dissertação para habilitar-se ao grau de Mestre em História. Art. 85. O depósito da dissertação deverá ser acompanhado de requerimento por escrito do orientador acerca da composição de Banca Examinadora, com a sugestão dos seus respectivos integrantes. Art. 86. O candidato à concessão do grau de Mestre em História deverá satisfazer às seguintes condições preliminares: I - obter o número mínimo de 24 créditos em disciplinas; II - cumprir o Estágio de Docência, o Seminário de Dissertação e o Exame de Qualificação na ocasião oportuna; III - apresentar 03 (três) exemplares da sua Dissertação, acompanhados de requerimento dirigido ao Coordenador no qual solicite constituição de Banca Examinadora para a defesa de seu trabalho final e fixação da respectiva data. Parágrafo 1º - Por deliberação da Banca Examinadora, em prazo não

  
Gilvan Ventura da Silva


Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 para a leitura

Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

superior a 60 (sessenta) dias após a defesa, o aluno deverá apresentar 3 (três) exemplares da versão definitiva da dissertação, incorporados os reparos e sugestões, tanto de forma quanto de conteúdo, se for o caso; Parágrafo 2º - Enquanto não se cumprir o disposto no parágrafo acima, não poderá ser solicitada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a concessão do grau de Mestre ao candidato; Art. 87. O grau de Mestre será concedido ao candidato cuja dissertação for aprovada por Banca Examinadora qualificada, conforme previsto no artigo 25 do presente Regimento. Art. 88. O candidato aprovado em sessão pública de defesa de dissertação estará habilitado a solicitar junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação o grau de Mestre em História conferido pelo Reitor.

**CAPÍTULO VIII: DISPOSIÇÕES GERAIS.** Art. 89. O presente Regimento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES, ouvidas as competentes instâncias intermediárias; Art. 90. Os casos omissos serão apreciados pelo Colegiado Acadêmico sempre que se fizer necessário.

**ANEXO I: DA ESTRUTURA CURRICULAR:** No Curso de Mestrado, o plano individual de estudos do aluno deverá prever a obtenção de, no mínimo, 06 (seis) créditos em disciplinas obrigatórias e 18 (dezoito) créditos em disciplinas optativas. Já a estrutura curricular básica do Mestrado é a seguinte: - Disciplina Obrigatória: Fundamentos de História Social das Relações Políticas, - Disciplinas Optativas (3, escolhidas dentre as de ementa fechada e aberta). As disciplinas denominadas “Tópicos Especiais” podem ser qualificadas como disciplinas de **ementa aberta**, de modo a permitir uma atualização constante dos assuntos a serem tratados. Sendo assim, o seu título, ementa e bibliografia serão definidas pelo professor que se dispuser a ministrá-las, com anuência prévia do Colegiado Acadêmico.

**ANEXO II: DA EXECUÇÃO CURRICULAR:** A título de sugestão, o plano de estudos dos alunos do PPGHIS pode corresponder ao seguinte padrão: **1º período** - 01 disciplina obrigatória e 01 disciplina optativa; - **2º período** - 02 disciplinas optativas e Seminário de Dissertação; - **3º período** - Estágio de Docência; - **4º período** - Exame de Qualificação e Redação final da dissertação.


**ANEXO III: DO PROCEDIMENTO DE ARGÜIÇÃO:** Na sessão pública da dissertação o candidato disporá de 20 (vinte) minutos iniciais para expor o perfil e os principais pontos do seu trabalho. Os examinadores, por sua vez, disporão de 20 (vinte) minutos para argüir, cabendo ao candidato 20 (vinte) minutos para responder a cada examinador. Ao orientador, como presidente da Banca Examinadora, é facultado o direito de argüir o seu aluno.

**ANEXO IV: DA PRODUTIVIDADE ACADÊMICA:** Em conformidade com os critérios de avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação definidos pela CAPES, ficam estabelecidos os seguintes níveis **mínimos** de produtividade acadêmica a serem observados pelos docentes que integram o PPGHIS: a) produção de 2 (dois) artigos acadêmicos a cada 3 (três) anos; b) participação em 4 (quatro) eventos científicos com apresentação de trabalho a cada 3 (três) anos; c) oferta de 1 (uma) disciplina na Pós-Graduação a cada 2 (dois) anos.

**ANEXO V - DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E DAS LINHAS DE PESQUISA** - O Programa de Pós-Graduação em História terá como Área de Concentração a **História Social das Relações Políticas**, a qual se subdividirá nas seguintes Linhas

  
Gilvan Ventura da Silva

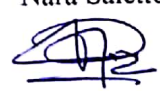
Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - presente e lertur

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 


Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

519 de Pesquisa: 1) **Sociedade e Movimentos Políticos** e 2) **Estado e Políticas Públicas**. No que  
520 concerne ao perfil acadêmico do Mestrado, elegemos como área de concentração a **História Social**  
521 **das Relações Políticas**. A História Política, como se sabe, foi durante décadas condenada ao  
522 desprezo por parte dos autores filiados à Escola dos *Annales* os quais, no ímpeto de estabelecerem  
523 novos paradigmas para a interpretação da História, passaram a atribuir à política um lugar menor  
524 dentro do conjunto de fenômenos sociais passíveis de reflexão por parte dos historiadores, muito  
525 embora, como alerta Peter Burke (1991:100-1), os acontecimentos políticos nunca tenham sido  
526 completamente suprimidos do horizonte de análise de autores como Bloch, Braudel, Le Roy  
527 Ladurie e Duby. De qualquer modo, em termos gerais a História Política era compreendida como  
528 um domínio extremamente limitado da explicação histórica na medida em que os acontecimentos  
529 políticos se localizavam na superfície do real, tornando-se assim imprescindível, para a  
530 compreensão do sentido profundo de um dado processo histórico, a referência a outros elementos,  
531 tais como o social e o econômico (Rémond, 1996:19). Factual, descritiva, idealista, excessivamente  
532 comprometida com o Estado e a Nação, privilegiando a ruptura em detrimento das continuidades,  
533 centrada no estudo das grandes personalidades e da sua psicologia e não das entidades coletivas e,  
534 por isso mesmo, de caráter elitista (Burke, 1992:10 e ss.), a História Política era a antítese da Nova  
535 História que se desejava instituir, razão pela qual se produziu desde o início uma cisão entre a  
536 História Política, considerada como a expressão por excelência de um fazer histórico de tipo  
537 tradicional, e o que se convencionou designar como História Social. A História Social se constituía,  
538 fundamentalmente, como uma história-problema voltada para o estudo dos agregados sociais  
539 inseridos em uma perspectiva estrutural e de vocação interdisciplinar, delimitando assim uma nova  
540 postura historiográfica frente à história tradicional (Castro, 1998:45-6; Revel, 1998:17). Daí se  
541 segue que as acepções posteriores de História Social tenderam a negligenciar sistematicamente os  
542 aspectos políticos da sociedade. A História Social entendida como um campo de investigação  
543 voltado quer para a análise da vida privada em oposição à pública, quer para o mundo do trabalho e  
544 das associações coletivas ou das diversas categorias que compõem a estrutura social (Castro,  
545 1998:47-8), se associava estreitamente aos domínios econômico e cultural e nesse movimento  
546 excluía a História Política, não sendo por mero acaso que em 1946 a revista adotou o sugestivo  
547 título *Sociétés, Economies, Civilisations*, deixando claro que a política não fazia parte do seu  
548 repertório primário de objetos históricos. Em face de uma situação como essa é que um autor como  
549 G. M. Trevelyan pôde elaborar uma definição de História Social como sendo *a história com a*  
550 *política posta de lado* (Burke, 1992:37). O desinteresse dos historiadores do social para com a  
551 História Política se tornaria evidente, por exemplo, nas intervenções ocorridas durante o Colóquio  
552 da Escola Normal Superior de Sain-Cloud em 1965, ocasião na qual Labrousse (1965:21) defendia  
553 uma História Social voltada para o estudo dos grupos sociais e das suas relações com o econômico e  
554 o mental. Sobre o político, nem uma palavra. A partir da década de '70, no entanto, observamos  
555 uma lenta e contínua reabilitação da política motivada, do ponto de vista do contexto histórico

  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**


556 contemporâneo, pela crescente interferência das relações internacionais na vida interna dos Estados  
557 à medida que o mundo experimentava uma integração cada vez maior e pela ampliação das áreas de  
558 atuação do Estado, o qual passava a intervir diretamente sobre a sociedade por intermédio de  
559 decisões governamentais compreendidas na designação *políticas públicas*. Ambos os fatores em  
560 conjunto evidenciavam a individualidade do político e a sua importância para a estruturação da  
561 sociedade, não sendo, portanto, um mero apêndice do social, do econômico ou do cultural  
562 (Rémond, 1996:23). Por outro lado, transformações no interior da própria disciplina histórica foram  
563 igualmente responsáveis pela reabilitação do político. A terceira geração dos *Annales*, valendo-se  
564 dos pressupostos teóricos de autores como Max Weber, Hannah Arendt ou Tocqueville, produziram  
565 uma nova interpretação para as relações Estado-sociedade, um tema clássico da história tradicional  
566 que carecia de uma conceitualização mais sofisticada, o que coincide com a retomada dos trabalhos  
567 de Norbert Elias, um autor de inclinação weberiana que durante muito tempo permaneceu  
568 praticamente ignorado pela historiografia (Falcon, 1998:75). Ao mesmo tempo, os estudos de  
569 Michel Foucault sobre o poder e a sua difusão por espaços da vida social até então pouco  
570 explorados pelos historiadores (família, escola, asilos, hospitais e outros) abriam uma ampla  
571 perspectiva de análise para os pesquisadores interessados no redimensionamento da História  
572 Política, fazendo com que o enfoque macropolítico do Estado e das suas instituições que havia por  
573 décadas caracterizado a produção da História Política fosse agora enriquecido e complementado por  
574 uma análise em nível micro e dirigida para o coração da própria sociedade, passando-se do estudo  
575 da política *tout court* para o estudo do poder (Vainfas, 1998:444). Do mesmo modo, para a  
576 reabilitação do político foi inegável a contribuição dos autores marxistas, tais como Gramsci,  
577 Althusser, Poulantzas e Anderson, os quais não apenas redefiniram conceitos centrais para o estudo  
578 da Política, mas se preocuparam também em discernir a dimensão e o conteúdo das relações entre o  
579 Estado e a sociedade segundo os princípios do materialismo histórico (Falcon, 1998:72). Por  
580 último, mas não menos importante, há que se ressaltar os contatos interdisciplinares mantidos entre  
581 os historiadores e os antropólogos, o que permitiu que o estudo do poder e da política contemplasse  
582 os aspectos simbólicos de tais fenômenos, abrindo assim caminho para uma interpretação  
583 culturalista do exercício do poder inspirada pelos trabalhos de Clifford Geertz (1973), Georges  
584 Balandier (1980) e Pierre Clastres (1974), dentre outros. No intuito de superar os preconceitos que  
585 relegavam à História Política e aos seus historiadores uma posição acadêmica subalterna, começou-  
586 se a questionar a antiga concepção segundo a qual a História Política seria necessariamente factual  
587 (ou *événementielle* conforme uma definição que se tornou canônica). Braudel (1978:46) mesmo,  
588 em um célebre ensaio sobre a longa duração produzido em 1958, declarava que *a história política*  
589 *não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo*, muito embora concluísse que há cerca de  
590 cem anos os estudos de História Política se dedicavam prioritariamente ao chamado “tempo curto”.  
591 No entanto, como argumenta Julliard (1976:181), um dos principais historiadores comprometidos  
592 com a renovação dos estudos de História Política, não se pode *continuar a confundir as*


  
Gilvan Ventura da Silva

Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva


Maria Beatriz Nader 


Nara Saletto da Costa 

 *presente e lido*

Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco




**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

593 *insuficiências de um método com os objetos a que se aplica, uma vez que o acontecimento, o fato*  
594 *per se, existe em todos os domínios, razão pela qual a estratégia mais produtiva seria considerar que*  
595 *a política é uma área de conhecimento do mesmo nível que o econômico, o social e o cultural,*  
596 *podendo assim acomodar-se aos métodos os mais diversos em lugar de permanecer circunscrita à*  
597 *descrição linear e factual. Desse modo, o político passa a ser compreendido como uma dimensão*  
598 *importantíssima da vida social, possuindo o seu dinamismo próprio e estabelecendo relações*  
599 *específicas com o social, o econômico e o cultural (Rémond, 1996:10). Como bem definiu*  
600 *Blockmans (1981:113), todas as relações entre homens têm finalmente uma dimensão política, uma*  
601 *vez que esta concerne à repartição entre os grupos sociais do acesso a bens desejáveis, o que nos*  
602 *estimula a reconsiderar a importância do político quando se trata de interpretar a História de um*  
603 *ponto de vista mais abrangente. A revalorização da História Política foi acompanhada pela sua*  
604 *aproximação progressiva com a História Social, da qual permaneceu distante por décadas. Assim é*  
605 *que Duby (1976:10), ao criticar, por um lado, a associação quase exclusiva entre a História*  
606 *Econômica e a História Social que havia se produzido ao longo da década de '60 e, por outro, o*  
607 *perigo de se constituir uma História das Mentalidades desvinculada de qualquer referência às*  
608 *estruturas materiais, propunha que a História Social avançasse no sentido de se estabelecer na*  
609 *confluência entre os fenômenos de natureza econômica, cultural e política, de modo a se produzir*  
610 *uma História a mais globalizante possível, o que impedia que os historiadores ignorassem pura e*  
611 *simplesmente os fatores políticos no decorrer da sua investigação. No entanto, as décadas de*  
612 *reflexões e debates sobre o fazer histórico patrocinados pela Escola dos Annales e pelos*  
613 *historiadores marxistas impediram que a História Política fosse recuperada aos moldes daquela*  
614 *preconizada por Langlois e Seignobos. Atualmente, a assim denominada "Nova História Política"*  
615 *experimenta uma notável abertura conceitual e uma renovação metodológica sem precedentes, fruto*  
616 *da assimilação de teorias e métodos de trabalho elaborados por estudiosos de outros domínios do*  
617 *conhecimento histórico bem como por antropólogos, sociólogos e cientistas políticos, o que tem lhe*  
618 *permitido não somente redefinir alguns objetos da antiga História Política, mas também sugerir*  
619 *novos e mais criativos objetos (Falcon, 1998:77). De fato, hoje os historiadores que se dedicam ao*  
620 *estudo da política não se restringem mais ao Estado e a suas instituições nem o consideram uma*  
621 *entidade autônoma diante da sociedade, mas preferem acentuar as implicações sociais da política, o*  
622 *que os leva a refletir, em última análise, sobre as modalidades de exercício do poder. Mediante tal*  
623 *perspectiva, o Estado deixa de ser considerado o centro a partir do qual o poder é gerado e*  
624 *difundido pelo conjunto da sociedade para se converter em mais uma dentre as várias instâncias de*  
625 *poder possíveis cujas interrelações constituíram uma anatomia do poder própria de uma sociedade*  
626 *específica em um dado momento histórico (Gouvêa, 1998:2). Com isso, as possibilidades de*  
627 *investigação multiplicam-se enormemente, descobrindo-se a política dispersa no cotidiano, as*  
628 *implicações culturais, simbólicas das relações de poder, as conexões entre linguagem/poder,*  
629 *gênero/poder e outras (Burke, 1992:37). Assim, a História Social se reconcilia com a História*

  
Gilvan Ventura da Silva


Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 


Nara Saletto da Costa 

 frente à leitura

Adriana Pereira Campos

Estilaque Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarزارo Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

630 Política de modo a produzir uma vertente de abordagem da realidade histórica extremamente  
631 fecunda e promissora, razão pela qual pretendemos desenvolver, com o mestrado, a análise das  
632 distintas modalidades de *relações de poder* vigentes nas sociedades humanas ao longo do tempo. A  
633 área de concentração definida como *História Social das Relações Políticas* constitui-se em um  
634 campo de reflexão fundamentado em uma concepção de História Social segundo a qual no interior  
635 de uma sociedade determinada os distintos grupos, categorias, classes ou segmentos sociais  
636 estabelecem, uns com os outros, comportamentos políticos específicos, quer de reciprocidade e/ou  
637 complementaridade, quer de oposição e/ou de conflito, de acordo com as circunstâncias e os  
638 interesses envolvidos. A área pressupõe também que os acontecimentos políticos não são auto-  
639 explicativos, impondo-se a referência a outras dimensões da realidade histórica, tais como a  
640 sociedade, a economia e a cultura, a fim de compreender em profundidade a dimensão dos mesmos,  
641 o que amplia sobremaneira o horizonte de análise da História Política (Falcon, 1999:66). Por outro  
642 lado, na medida em que o poder não é um objeto, mas uma *relação social*, é imprescindível que  
643 sejam definidos os limites dessa relação entre os grupos em interação no âmbito da sociedade, o que  
644 nos leva a refletir sobre a *natureza social do poder político*, conforme a proposição de Julliard  
645 (1976:191). Sendo assim, cabe à investigação empírica determinar de que modo se dá a  
646 distribuição do poder entre os distintos grupos que compõem a estrutura social a partir de um  
647 conjunto de relações assimétricas que conferem a cada um deles uma capacidade desigual de  
648 interferência no cenário político (Julliard, 1976:190). Na verdade, os comportamentos políticos que  
649 os grupos em interação assumem e a dinâmica da sua ação no decorrer de um dado contexto  
650 histórico podem ser descritos como um objeto de estudo *sócio-político*, de modo que a área de  
651 concentração em *História Social das Relações Políticas* reconhece a necessidade de pesquisar, de  
652 maneira mais sistemática, a interseção entre ambos os domínios, o social e o político. Diante dessa  
653 perspectiva, um amplo campo de análise é constituído pelas modalidades de intercâmbio entre os  
654 grupos sociais dentro do Estado, o qual deixa assim de representar uma entidade autônoma para se  
655 enraizar na própria estrutura social. De capital importância, nesse caso, são os estudos que se  
656 propõem a identificar as categorias sociais que controlam o Estado bem como a composição social e  
657 as atribuições dos órgãos administrativos, jurídicos e militares. Cabe ainda a investigação a respeito  
658 do grau de ingerência mantido pelo Estado sobre a sociedade, a sua capacidade em produzir  
659 consenso e os mecanismos de repressão utilizados pelos detentores do poder político no trato com  
660 grupos sociais e/ou facções dissidentes. Além disso, é possível se compreender os princípios da  
661 gestão estatal por intermédio das chamadas *políticas públicas*, as quais definem o grau de  
662 ingerência do Estado sobre inúmeros setores da vida social, tais como a economia, a saúde pública,  
663 a assistência social, o sistema educacional, os fluxos migratórios, a redistribuição fundiária e a  
664 difusão da cultura. A análise da dimensão política da realidade social compreendida na área de  
665 concentração em pauta não se restringe, no entanto, ao estudo do Estado, dos órgãos que o  
666 compõem e das categorias sociais que o sustentam, mas inclui igualmente todos os movimentos

  
Gilvan Ventura da Silva


Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - *participante*

Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Sebastião Pimentel Franco




**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

gerados a partir de segmentos sociais exteriores ao próprio Estado e reduzidos a uma condição subalterna, as demandas variadas que impõem, a sua capacidade organizativa e o *modus operandi* da sua atuação, a qual pode assumir inúmeras vertentes, indo da manifestação pacífica à revolta aberta contra o *status quo*. Como contrapartida de uma abordagem desse tipo, fundamentada na resistência da sociedade às diretrizes políticas estatais, é preciso levar-se em consideração as estratégias de cooptação desenvolvidas pelos poderes públicos no confronto com os grupos sociais, trazendo muitas vezes para a sua órbita de influência movimentos e/ou instituições sociais cuja gênese era exterior ao próprio Estado (Rémond, 1994:24). A área contempla igualmente os poderes periféricos, moleculares, situados em um âmbito restrito. Poderes que se revelam no cotidiano e se encontram incrustados em instituições que não apresentam uma conotação política evidente, tais como a família, as entidades educacionais e religiosas e as associações litero-culturais e recreativas. Poderes que não apenas reprimem, mas que são ao mesmo tempo criadores, instaurando uma disciplina de gestos, comportamentos e discursos. Esse tipo de abordagem, entretanto, não se opõe necessariamente ao estudo do poder de Estado. Pelo contrário, ambos os níveis devem ser analisados em conjunto uma vez que o Estado e suas estruturas se constituem apenas em um instrumento de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas que o ultrapassa e complementa. Assim, é necessário que por uma orientação metodológica de caráter macro acompanhem as relações de poder que, partindo do Estado, se prolongam pelo conjunto da sociedade e se reproduzem de modo atomizado nos domínios mais insuspeitos da vida social. No outro oposto da escala, pode-se interrogar a respeito de como os ditos *micro-poderes*, os quais possuem uma história própria e procedimentos específicos, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado (Machado, 1979: xiii). Ao procedermos dessa maneira, temos condições de revelar conexões insuspeitas entre o poder de Estado e os micro-poderes bem como configurações inéditas da cartografia política de uma dada sociedade, uma vez que a constituição do Estado é feita do conjunto dos níveis “macro” e “micro” cujas articulações, conforme esclarece Revel (1998:32), necessitam ainda serem identificadas e pensadas. A área permite também a análise dos conteúdos simbólicos que integram as *representações*, com sua irradiação sobre o espaço público e/ou privado. Nesse aspecto particular, ao domínio sócio-político da realidade histórica associa-se o domínio cultural, buscando-se compreender a maneira pela qual os distintos grupos sociais elaboram critérios de interpretação do mundo que os rodeia de modo igualmente distinto. Como esclarece Chartier (1990:17), as *representações* assim construídas não são de modo algum discursos neutros, *mas produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados. (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação*. Desse modo, as idéias, materializadas em discursos, gestos, rituais e símbolos iconográficos e reproduzidas tanto pelo saber erudito quanto pelo senso comum, se convertem em


  
Gilvan Ventura da Silva


Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - frente à letra

Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Sebastião Pimentel Franco



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**

poderosos instrumentos de produção de identidades e alteridades associadas ao exercício do poder, ao mesmo tempo em que encorajam à ação, instruindo os comportamentos políticos que pretendem construir o mundo segundo uma determinada ótica. Assim definida, a área de concentração em *História Social das Relações Políticas* pretende viabilizar estudos históricos e historiográficos, seja no nível das micro-relações, seja no nível das relações macropolíticas, tendo como objeto o poder e o modo pelo qual o mesmo é distribuído no interior da estrutura social, incluindo-se aí tanto os aspectos da *praxis* política efetiva quanto as concepções, visões de mundo e reflexões político-filosóficas a ela associadas. Para dar conta deste amplo campo de investigação histórica, foram concebidas duas linhas de pesquisa, de acordo com as aptidões e experiências dos professores doutores integrantes do Programa de Pós-Graduação que se visa a implementar, conforme seguem explicitadas: Organizações e Movimentos Políticos e Estado e Políticas Públicas. **2.3. Oferta de Disciplinas 2008/1.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva anunciou sua disposição em ofertar a disciplina Fundamentos de História Social das Relações Políticas em parceria com o Prof. Dr. Valter Pires Pereira; a Profa. Dra. Márcia Barros Rodrigues ofereceu-se para ofertar História Cultura e Imaginário Político; o Prof. Dr. Estilague Ferreira ofereceu-se para ofertar a disciplina Tópicos Especiais I: Sociedade e Movimentos Políticos. Colocadas em votação, as disciplinas foram aprovadas à unanimidade. **2.4. Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado. 2.4.1.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva lê a solicitação de defesa da dissertação da mestranda Daniela Corrêa e Castro de *Carvalho, Ordem e Progresso*: a imprensa da zona da Mata mineira na década de 1920, a realizar-se no dia 23 de novembro de 2007, às nove horas, em sessão pública, na sala de Seminários do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), no primeiro andar do IC-III, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, composta pela seguinte banca examinadora: Profa. Dra. Nara Saletto da Costa – UFES – (presidente/orientador), Profa. Dra. Marialva Barbosa – Universidade Federal Fluminense – (membro titular), Prof. Dr. Estilague Ferreira dos Santos – UFES – (membro Titular), Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil – UFES – (membro Titular) e o Profa. Dra. Adriana Pereira Campos – UFES – (membro Suplente). Em votação, a defesa e a banca examinadora foram aprovadas à unanimidade. **2.4.2. Interessado: Rafael Cerqueira do Nascimento. Orientador: Antônio Carlos Amador Gil.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva lê a solicitação de defesa da dissertação do mestrando Rafael Cerqueira do Nascimento, intitulada *Imagens da libertação: a atuação política da Igreja católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*, a realizar-se no dia 13 de dezembro de 2007, às quatorze horas e trinta minutos, em sessão pública, na sala de Seminários do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), no primeiro andar do IC-III, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, composta pela seguinte banca examinadora: Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil – UFES – (presidente/orientadora), Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira – UFF – (membro titular), Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribiero – UFES – (membro Titular), e o Prof. Dr. Estilague Ferreira – UFES –

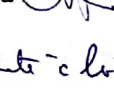
  
Gilvan Ventura da Silva

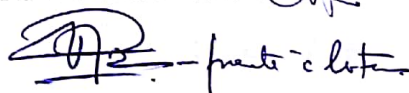
Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 



Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco




**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (NÍVEL MESTRADO) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – DIA 23/11/2007**


741 (membro Suplente). Em votação, a defesa e a banca examinadora da dissertação de Mestrado foram  
742 aprovadas à unanimidade. **2.5. Solicitação de prorrogação de Depósito de Dissertação. 25.1.**  
743 **Interessado: Mestranda Kella Riviera Lucena Xavier. Orientadora: Maria Beatriz Nader.** O  
744 Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva lê a solicitação de prorrogação de defesa da dissertação por  
745 sessenta dias da mestranda Kella Riviera Lucena e, colocada em votação, é aprovada à  
746 unanimidade. **2.5.2. Interessado: Mestranda Monika Mello Queiroz. Orientadora: Adriana**  
747 **Pereira Campos.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva lê a solicitação de prorrogação de defesa da  
748 dissertação por sessenta dias da mestranda Monika Mello Queiroz e, colocada em votação, é  
749 aprovada à unanimidade. **2.5.3. Interessado: Mestranda Adélio Sonegueth Júnior. Orientadora:**  
750 **Maria Beatriz Nader.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva lê a solicitação de prorrogação de  
751 defesa da dissertação por sessenta dias da mestranda Adélio Sonegueth e, colocada em votação, é  
752 aprovada à unanimidade. **2.5.4. Interessado: Mestranda Cristiane Araújo Matos. Orientadora:**  
753 **Maria Beatriz Nader.** O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva lê a solicitação de prorrogação de  
754 defesa da dissertação por sessenta dias da mestranda Cristiane Araújo Matos e, colocada em  
755 votação, é aprovada à unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador agradeceu a  
756 presença de todos e deu por encerrada a sessão, às dezessete horas. E eu, Adriana Pereira Campos,  
757 Professora deste Mestrado, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros presentes. Vitória,  
758 23 de novembro de 2007.

  
Gilvan Ventura da Silva


Antonio Carlos Amador Gil 

Fabio Muruci dos Santos 

Gilvan Ventura da Silva

Maria Beatriz Nader 

Nara Saletto da Costa 

 - para leitura

Adriana Pereira Campos

Estilague Ferreira dos Santos

Geraldo Antônio Soares 

Márcia Barros Ferreira Rodrigues 

Maria da Penha Smarzaro Siqueira

Sebastião Pimentel Franco